

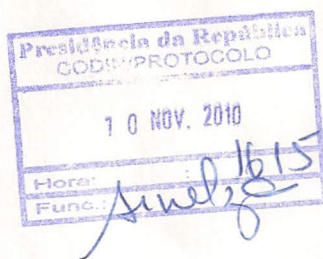
DO: COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.

AO: EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Em, 08 de novembro de 2010.

Presidente Lula,



O Comando Nacional de Mobilização dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (CNM) vem por meio desta, solicitar a realização de **audiência** entre Vossa Excelência e este Comando para tratar de assunto pertinente ao movimento reivindicatório desta categoria pela implantação de seu Plano de Carreira Específico, cujas tratativas se iniciaram por ocasião da reunião ocorrida em Caruaru/PE no dia 27 de agosto de 2010.

O encontro em Caruaru/PE com Vossa Excelência coroou a luta de muitos anos dos administrativos do MTE, pois a atenção dispensada por Vossa Excelência a nossa categoria fez com que tivéssemos a certeza de que nunca estivemos enganados por acreditar neste Governo. Foram muitas as mensagens que recebemos, sendo certo que as esperanças da categoria renovaram-se, sabedores que somos de que Vossa Excelência não pactua com práticas de descaso, desigualdade e discriminação salarial impostas a qualquer segmento da classe trabalhadora.

Recorrer a Vossa Excelência significa que ainda temos esperança de sermos tratados com igualdade dentro do Serviço Público Federal. Em nome disso, pedimos que sejam tomadas as necessárias providências para implantar nosso Plano de Carreira ainda em 2010 com efeitos financeiros a partir de 2011.

Vossa Excelência assumiu compromisso em defesa da Classe Trabalhadora em todo território nacional, razão pela qual os servidores integrantes do quadro de pessoal do M.T.E. acreditam na solução do conflito existente por determinação do Palácio do Planalto, superando assim, a postura da SRH/MPOG que tem sido de injustificável descaso. A solução do conflito existente poderia ter se consumado no curso do processo de dissídio, julgado no dia 22/09. No entanto, não houve nenhuma proposta para implantação do Plano de Carreira.

Consideramos que o Governo Federal, na pessoa

de Vossa Excelência, em sessão de julgamento do Dissídio de Greve no STJ, foi exposto de forma desnecessária, maculando assim a imagem do governo, o qual figurou no processo como um ente que atenta contra a democracia e o Estado Democrático de Direito por não obedecer a Constituição Federal e atacar o legítimo direito de greve dos servidores do MTE. e ainda, por demais grave, não honrar o acordo celebrado e assinado entre os prepostos da União e os representantes dos servidores administrativos do MTE.

A postura adotada pelo Secretário de Recursos Humanos do MPOG consumou a quebra e o não cumprimento da cláusula nona do acordo de 2008, no tocante ao Plano de Carreira Específico dos Administrativos do MTE como produto legítimo da Mesa Setorial do Órgão, resultando na não efetividade das Mesas de Negociação Permanente instaladas pelo Governo Federal e contrariando as decisões do Superior Tribunal de Justiça e do parecer do Ministério Público Federal, favoráveis à implantação deste Plano com o seu reconhecimento e a sua legitimidade constatada nos autos do processo levado à julgamento.

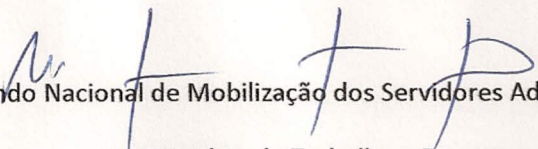
Inquestionável é a falta de vontade política por parte de algumas Autoridades Administrativas para com um setor do funcionalismo público da esfera federal de inegável importância na execução de políticas públicas de extrema relevância social, uma vez que em termos orçamentários, nosso plano de carreira acarreta um pequeno impacto no orçamento da União.

Público e notório é a existência de cerca de 22 bilhões alocados no Anexo V da peça orçamentária reservados para administração de pessoal em 2011 e que o MPOG está elaborando um memorial para contemplar várias categorias. Para implantar o PEC MTE em 2011 seriam necessários apenas 464 milhões desse valor, o que corresponde a 2,42% do montante acima e apenas 36 milhões por mês.

Inexiste qualquer fundamento a legitimar a atitude discriminatória do MPOG que expõe o Governo junto à sociedade e aos servidores do MTE, uma vez que o que estamos pleiteando é muito menos do que já foi concedido a muitas outras categorias no serviço público federal.

Salientamos a importância política e a necessidade de urgência na solução do referido conflito, pois sabemos da intenção de Vossa Excelência em evitar desgastes desnecessários para a nova presidenta, não deixando pendências as quais seriam facilmente resolvidas pelo atual governo.

Respeitosamente,


Comando Nacional de Mobilização dos Servidores Administrativos do
Ministério do Trabalho e Emprego